



## A LÍNGUA ESPANHOLA, O MERCOSUL E O BRASIL

**Zilpa Helena Lovisi de Abreu,**

Mestre em Educação pelo CES-JF.  
Professora de Espanhol da Rede Municipal de Juiz de Fora  
e da Faculdade de Santos Dumont – MG  
[zlovisi@powerline.com.br](mailto:zlovisi@powerline.com.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão sócio-política sobre a inter-relação do desenvolvimento o idioma espanhol no contexto do Mercosul e do Brasil. Analisa o crescimento da língua espanhola, como segunda língua, no Brasil, sua importância e seu lugar de destaque na educação. Enfoca a experiência da autora, como professora de espanhol, na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – MG.

**Palavras-Chave:** espanhol: língua estrangeira; educação: MERCOSUL; Brasil: espanhol; Segunda língua: Brasil

**Abstract:** This essay presents a social political analysis on the relationship between Spanish language development and the realm of Mercosul and Brazil. It also has in mind its place and educational meaning of that language as a second one in Brazil. It highlights also Lovisi's personal experience as a Spanish teacher in the Juiz de Fora (Brazil) municipal district net of public schools.

**Key Words:** Spanish: second language; Education: Mercosul; Brasil: Spanish; Second Language: Brasil.

### INTRODUÇÃO

O ensino de uma língua estrangeira deve partir não somente dos conteúdos lingüísticos correspondente a ela, mas, também, co-relacionar ao seu aprendizado aspectos vinculados à língua como um todo. Esses aspectos correspondem a questões relativas ao povo que fala e vive o idioma em estudo, tais como: geográficos, culturais, econômicos, sócio-político e outros, tornando o processo de aprendizagem mais rico e significativo para aquele que aprende. Com relação à aprendizagem da língua espanhola, como segunda língua, em sala de aula, tem-se um campo vasto de conteúdos relacionados a ela, além dos lingüísticos. No caso específico, são instrumentos particulares que com ela relacionam-se. Um deles, que é apontado neste artigo, é o Mercosul (Mercado Comum do Sul), visto como elemento de integração dos países do Cone Sul.

Os estudos de diversas variáveis do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira tendem a levar o aluno a obter um interesse maior pelo idioma que se aprende, de um outro lugar. Esse interesse pode fazer com que o aluno passe a envolver-se com a língua como um todo, de forma a interagir com o seu conhecimento

de mundo, despertando para análises comparativas das realidades sociais e culturais, podendo avaliar com mais clareza, tanto a própria identidade cultural, quanto a do povo que fala a língua em estudo.

No Brasil, o ensino de língua espanhola está avançando a passos largos. Dados apresentados neste ensaio demonstram isso. O Brasil, hoje, em diversas regiões, está adotando o idioma espanhol como segunda língua, além do mercado de trabalho passar a exigir cada vez mais profissionais capacitados e qualificados. A aquisição de uma língua é um diferencial na grande disputa laboral e no desenvolvimento do processo cognitivo de um indivíduo.

## **O Mercosul**

A necessidade de estruturação de um bloco econômico no Hemisfério Sul tornou-se uma realidade que, paulatinamente, está ganhando forma e sendo objetos de estudos. O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, entre os países iniciais Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai consolidou-se e realizou o Mercosul. Em 25 de junho de 1996 e 17 de dezembro de 1996, Chile e Bolívia, respectivamente, estabeleceram a associação de ambos os países. Hoje, estes países já fazem parte do Cone Sul.

Todo processo de formação se deu por meio de um conteúdo histórico e político que perpassa entre as nações envolvidas. Segundo Silveira (1997), esse Tratado é a gênese institucional do Mercosul, estabelecendo, inicialmente, até dezembro de 1994, uma etapa de transição para a constituição definitiva do Mercado Comum, a qual, atualmente, encontra-se prolongada até 2006. O estabelecimento de um Mercado Comum tende a facilitar a livre circulação de bens, serviços, pessoas, capitais e a promoção do desenvolvimento científico-tecnológico que dá suporte às economias.

O grau de comprometimento da política dos países-membros, envolvidos no Mercosul, o fenômeno da globalização e as origens históricas do processo educacional brasileiro são aspectos relevantes a serem interpretados para situar a função e o objetivo do idioma espanhol, como segunda língua, nas escolas públicas e privadas. É evidente que o cenário mudou, com relação aos estudos desta língua que, em décadas anteriores, estavam quase extintos no meio educacional.

Segundo os dados do Plano Trienal de Educação, texto oficial do MERCOSUL, foi dada grande relevância à educação como fator e integração regional, à medida que poderia contribuir de forma expressiva para a superação das disparidades regionais, para consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, reconhecia-se, desde o início, sua importância para a promoção do reencontro dos povos da região, em seus valores comuns, sem sacrificar sua identidade singular. Destacava-se, ainda, seu papel na geração e transmissão de valores e conhecimento científico-tecnológicos e a firme possibilidade que oferece para a modernização dos Estados – Partes.

A abordagem do espanhol em seu processo de ensino/aprendizagem é um dado importante que advém da expansão dos mercados e acordos políticos nacionais. As alterações na expansão do ensino desse idioma é fruto das concepções políticas e econômicas da história atual.

Os princípios norteadores do MERCOSUL atestam para pontos comuns e fundamentais, colocando a educação como processo e ponto essencial para desenvolver e manter os objetivos do Tratado. Entre seus objetivos está o de possibilitar um relacionamento coeso e harmônico entre os países envolvidos. Esse processo tende a consolidar-se, ainda mais, quando se verificam as possibilidades que os projetos do Mercosul descortinam, inclusive, viabilizando a divulgação e o intercâmbio em ambas as línguas (português – espanhol).

Dentre os pontos acordados, inicialmente, foram elaborados os PRINCÍPIOS DO MERCOSUL (1991), enfatizando, na área de educação, alguns de interesses específicos:

*“Que o setor educacional buscará desenvolver nos cidadãos uma consciência favorável ao processo de integração dos quatro países; Que a educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide; Que a educação depende, em grande parte, da capacidade dos povos latino-americanos de reencontrar seus valores comuns e de afirmar sua identidade ante os desafios do mundo contemporâneo; O interesse de difundir o aprendizado dos idiomas oficiais o Mercosul, espanhol e português, através dos sistemas educacionais formais, não formais e informais; A necessidade de garantir um nível adequado de escolarização, assegurando uma educação básica para todos, respeitadas as características culturais e lingüísticas dos Estados-Membros; A necessidade de estimular maior integração entre educação-trabalho-emprego; Tornar os sistemas escolares compatíveis e harmônicos, para que o ensino seja equivalente nos quatro países.”*  
(PRINCÍPIOS DO MERCOSUL, 1991).

Dos princípios apontados e dos demais fenômenos de inter-relação que estão a envolver os países-membros do Cone Sul, verifica-se a necessidade da aquisição e o conseqüente domínio do espanhol como segunda língua. A proximidade lingüística entre os idiomas, bem como a posição geográfica dos países da América Latina, esperase, facilitarão os contatos sócio-político-culturais entre eles e a expansão dos idiomas.

Em 1992, em uma reunião dos chefes de Estado, foi aprovado o Plano Trienal para Educação no Mercosul, que prevê um subprograma de medidas para o ensino das línguas oficiais do Tratado; subprogramas este, que tem por objeto exatamente:

*“Implementar o ensino de espanhol e do português nas instituições de diferentes níveis e modalidades do sistema educativo para melhoria da comunicação entre os países que formam o Mercosul.”*(Durão, 1998:11).

Para atingir tal meta, torna-se conveniente mudanças no campo educacional. As principais linhas de trabalho destacadas pelo Plano Trienal consistem, segundo DURÃO (1998), em introduzir nos programas, nos diversos níveis de escolarização, o ensino do português e do espanhol; propor alternativas metodológicas para o ensino dos mesmos;

desenvolver programas para a formação e capacitação docente, que facilitem o ensino dos idiomas oficiais do Mercosul.

O objetivo essencial do Mercosul seria a adoção de um mercado de consumo unificado e livre, buscando a tarifa zero entre os mesmos. A busca dessa tarifa externa comum passa por um programa gradual e progressivo. Elementos sociais e econômicos estarão envolvidos nesse processo, para que os objetivos sejam alcançados.

A aproximação entre os países membros envolvidos, somada à globalização, pode acelerar a ligação entre eles. A expansão dos idiomas certamente se tornará um elemento integrador para as diferenças culturais.

O sociólogo Huntington, em sua obra, enfatiza sobre as sociedades atuais e os aspectos relevantes que podem contribuir para a separação ou a união entre as nações. Um aspecto abordado é o cultural, que é colocado em um dos seus questionamentos da seguinte forma:

*“A cultura é, ao mesmo tempo, uma força unificadora e divisiva. Os povos separados pela ideologia mas unidos pela cultura se juntam. As sociedades unidas pela ideologia ou por circunstâncias históricas, porém divididas pela civilização, ou se partem,... ou ficam sujeitas a fortes tensões... os países que têm afinidades culturais cooperam em termos econômicos e políticos.”(HUNTINGTON, 1997:21).*

Do exposto, pode-se fazer uma observação com relação à formação do MERCOSUL, quando este apresenta entre os seus princípios “promover o conhecimento mútuo e o respeito pelas diferenças culturais” como sendo um elemento capaz de favorecer a união dos países membros do Cone Sul, aliando a cultura e a difusão do idioma como forma de ligação e de maiores intercâmbio econômicos e culturais entre os envolvidos. Sob esses aspectos, pressupõe que os objetivos do Cone Sul possuem um norte, um mapa da sua realidade e, sabendo-se de onde partir, sabe-se aonde chegar, com mais precisão.

### **O espanhol no contexto brasileiro: aspectos relevantes**

O idioma espanhol no ensino brasileiro esteve presente nos institutos superiores, quando estes ministravam os estudos da língua hispânica e sua literatura, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A formação do estudante, ao final, lhe permitia ministrar aulas no nível secundário.

Como aponta DURÃO (1998), a legislação que regia o ensino médio determinava cinco anos de estudos obrigatórios de francês e inglês, enquanto, para o idioma espanhol somente um ano. Sem dúvida alguma, seu ensino foi decaindo por não conseguir o valor que era dado aos outros dois idiomas.

Com relação aos estudos do idioma espanhol, observa-se que não houve nenhum avanço por várias décadas. Porém, nota-se que depois do inglês, especialmente na parte

de literatura, o idioma espanhol sempre teve sua força e lugar presentes na tradução de obras fundamentais. Dessa forma, o mesmo nunca esteve, totalmente ausente do cenário educacional brasileiro. Sua busca, talvez, estivesse mais vinculada a questões particulares que a uma exigência do mercado de trabalho.

Acontecimentos marcantes determinaram, nas duas últimas décadas, um novo rumo à expansão do idioma espanhol como segunda língua no Brasil. Em 1985, foram criados os Centros de Línguas no Brasil, na rede pública, incluindo o espanhol. Em 1986, instaurou-se o ensino obrigatório da língua, no 1 e 2 graus, no Estado de São Paulo. Em 1991, foi assinado, como já visto, o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum Sul. Esses fatores podem ser vistos como catalisadores do processo de difusão da língua espanhola.

Uma pesquisa realizada, pela DATOS Y CIFRAS (1998), descreve que o ensino de espanhol passou a ocupar um lugar de destaque na educação brasileira. Aponta alguns fatores como sendo responsáveis por tal avanço, como: ser o Brasil vizinho de países hispanos, cujo idioma oficial é o espanhol; a criação do Mercosul; e o fato de o espanhol ser falado por mais de 400 milhões de pessoas no mundo, o que o torna um idioma capaz de aproximar nações.

O Brasil, por muito tempo, não teve suas perspectivas voltadas para os países limítrofes. Sua economia foi mais desenvolvida com outras nações. Percebe-se que esse quadro vem-se alterando um pouco, quando o país passa a dar valor ao seu entorno, o que se observa nos empreendimentos comerciais entre eles. Isso passa a ser um fator importante na difusão e no crescimento do mercado, e, conseqüentemente, na expansão do idioma.

### **A legislação brasileira e o ensino do espanhol**

A legislação brasileira, no campo educacional sempre vislumbrou o estudo de algum idioma nas séries iniciais. Hoje regula a educação brasileira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 26.12.1996, que revogou todas as demais leis e decretos (art.92). Essa Lei contempla, no artigo 36, III, a inclusão de uma língua estrangeira moderna, escolhida pela comunidade, de caráter obrigatório.

De acordo com a nova situação, a língua espanhola passou a ter um lugar de destaque no sistema educativo oficial brasileiro. A regulamentação legislativa conduz a uma organização social capaz de propiciar ao espírito da lei sua aplicabilidade e normatização.

As Associações de Professores de Espanhol no país, antes adormecidas, passam a desenvolver seus trabalhos alicerçados pelo apoio da DATOS Y CIFRAS (1998), atendendo de modo satisfatório à expansão do ensino do idioma espanhol. Como segunda língua, nos programas de Ensino Médio, ampliando-se em nível superior como licenciatura, e por sua entrada em muitos processos de seleção para as Universidades ou Faculdades (DURÃO, 1998). Seu trabalho consiste em divulgar a língua espanhola de forma correta, promovendo cursos, intercâmbio universitários, inclusive com universidades espanholas. Os professores de espanhol, já cadastrados na associação, passam a fazer parte de um movimento em prol de uma aprendizagem e transmissão de conhecimentos específicos.

Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, além da cidade de Brasília, aprovaram, a partir de 1989, leis que obrigam a inclusão do espanhol nos programas de ensino das escolas de Ensino Médio e, em 1996, nas escolas de Ensino Fundamental. No ensino superior, em Universidades Federais, de acordo com os últimos dados, são 24 as instituições que passam a oferecer ou intensificam a oferta do espanhol instrumental. Com isso, expandiram-se os Cursos de Letras Hispânicas ou Letras Hispano-portuguesa (DURÃO, 1998:12).

Os dados da DATOS Y CIFRAS (1998:10) descrevem que o ensino do espanhol avança, consideravelmente, em todos os âmbitos da realidade educativa brasileira, sendo perceptível o interesse dos poderes públicos para canalizar adequadamente a demanda pelo estudo do espanhol, emergente em diversos setores da sociedade.

Estados como Ceará, Pará, Maranhão e Minas Gerais recebem pouco apoio das iniciativas públicas, expandindo-se, assim, os centros privados. Nos Estados do Sul, o desenvolvimento do ensino público médio seta sendo similar ao privado, igual ao Superior. Nos Estados do Sudeste o espanhol está mais presente no ensino Fundamental e no Médio; no Norte e no Nordeste, a implantação é menor, em parte, pela escassez de professores (DATOS Y CIFRAS, 1998:11).

Professores vêm sendo capacitados pelos institutos de língua estrangeira, como é o caso do Instituto Cervantes. Criado em julho de 1998, em São Paulo, é um órgão oficial da Espanha, para difusão e aperfeiçoamento do estudo da língua espanhola seja bem trabalhada e para que a sua aprendizagem ocorra de forma profícua e eficiente.

Em recente promulgação, 2005, o Brasil passou a legislar sobre a obrigatoriedade do idioma espanhol no ensino básico. Um avanço para a consolidação dos Princípios do Mercosul. Instituído por força da equiparação dos níveis de ensino entre os países membros, o Brasil aumentou em mais um ano a complementação do ensino fundamental, ou seja, a formação do futuro cidadão se dará com o mínimo de 09 anos, a criança ingressará na escola a partir de 06 anos de idade. Um dos fatores para a efetivação dessa medida é a padronização dos anos de estudos entre os países do Mercosul, que já são de 09 anos.

### **Os desafios de minha experiência pessoal**

A experiência da autora deste estudo como docente, no ensino do idioma espanhol como língua estrangeira, iniciou-se no CESU (Centro de Estudos Supletivos, órgão da Secretária de Educação de Juiz de Fora, MG), no ano de 1995, estando, portanto, ocupando o cargo de professora desde então.

A educação de jovens e adultos possui característica própria no que diz respeito família, tendo uma estrutura de vida definida e comprometida. Ser facilitadora da aprendizagem de alunos com este perfil é auxiliá-los na compreensão do seu universo, através de formas simbólicas significativas, capazes de ampliar e melhorar sua atuação na sociedade.

O CESU, sob a proposta político/pedagógica de estimular e capacitar os jovens e adultos em seu processo de escolarização, apresenta uma pedagogia autônoma, baseada na proposta do ilustre educador Paulo Freire.

O retorno à escola pode trazer, em cada aluno, manifestações diferentes na busca de seus objetivos. Porém, é evidente que o fato de estarem de novo estudando resgata sua autoestima, no tocante à história de vida pessoal. O CESU passa a ter, também, um caráter de realizações de sonhos e desejos, ou seja, esses indivíduos se realizam por estarem de novo presentes na escola, desenvolvendo seu processo de aprendizagem. Tudo isso é objeto de relevância, uma vez que os intercâmbios aluno-professor, conhecimento científico-vida, possuem um caráter peculiar, que vai permear o processo de ensino-aprendizagem. A experiência pessoal de cada um é desencadeadora da construção do conhecimento.

O CESU possui duas modalidades de ensino, o Regular de Suplência, que atende ao aluno por período de seis meses, cursando uma série do ensino fundamental ou médio, e o Supletivo Semi-Presencial, atendendo ao aluno de forma diferenciada.

O curso Semi-Presencial abrange aos mesmos níveis de ensino, oferecendo aos alunos que o procuram uma oportunidade de estudar por módulos, de acordo com seu pretendido, pela possibilidade de ascensão no trabalho e pelo prazer de poderem estar regressando à escola.

O funcionamento do curso Semi-Presencial objetiva abranger as comunidades situadas próximo aos postos supletivos que estão em vários pontos da cidade. Neste ensino, o aluno é atendido individualmente, com módulos dos diversos conteúdos, prestando avaliações ao final de cada um, o que lhe garante, após o término dos mesmos, o certificado de conclusão de determinada disciplina, completando, assim, o currículo previsto.

O curso tem um programa mínimo, organizado de acordo com as características e os objetivos do Supletivo Semi-Presencial, levando-se em conta o perfil da clientela.

A disciplina Espanhol, como língua estrangeira, é oferecida para o ensino médio e fundamental, desde a implantação do CESU, quando de sua criação, através da Lei n. 6.555, de 5 de julho de 1984. Ao assumir a cadeira, a autora reformulou o material existente, em seis módulos de atividades, enfocando o espanhol básico, textos, conteúdos gramaticais, conteúdo lingüístico, léxico e aspectos culturais. Os objetivos foram propostos para atender à necessidade desses alunos, de tal forma que, ao receberem o material, pudessem se sentir à vontade para entendê-lo, aprendê-lo, trocando idéias com a professora.

Em cada posto em que a disciplina é oferecida a realidade é diferente, pois os mesmos estão em locais diversos, pela cidade, recebendo variados tipos de alunos. A diversificação é um ponto positivo no processo, pois os conteúdos da disciplina, bem como sua abordagem, provocam constantes reflexões.

Pelo desafio de trabalhar com a educação de adultos, e tendo sempre em mente aperfeiçoar seu trabalho de educadora, a autora realizou duas viagens para o exterior-

Espanha e México-, com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos com relação à língua estrangeira e aos estudos com a educação de adultos.

Nessas viagens, a autora pôde perceber os diferentes tratamentos que a educação de adultos recebe nos países visitados. Além disso, teve a oportunidade de compartilhar suas experiências com outros educadores de diversos países da América do Sul e Central. A apreensão de pontos positivos dos relatos de experiências foram de grande contribuição para se ter a certeza de que os trabalhos a serem desenvolvidos com jovens e adultos devem estar fortemente engajados em uma política educacional reflexiva e questionadora.

A autora, ao fazer parte do corpo docente do CESU, procurou ampliar os estudos do idioma espanhol por meio de uma abordagem mais significativa, quanto ao estudo desta língua estrangeira. Como já enfocado, assiste-se a uma emergência do idioma espanhol no meio educacional e no mercado de trabalho. Como resposta, a educadora procura levar para sua classe informações gerais sobre o uso da língua espanhola e sua função no momento atual.

Por meio de observações, pôde notar que a maioria dos alunos passou a se interessar pela língua espanhola. Muitos deles desconheciam os países de fala hispânica e a nossa proximidade territorial. A partir desses dados e de outros mais, sobre a língua percebeu maior motivação e interesse por parte dos alunos aprender mais e melhor esse idioma. Estas mudanças de comportamento dos alunos foram percebidas de modo espontâneo, sem metodologia científica ou avaliativa.

Dada a rotatividade dos alunos nos postos supletivos, torna-se difícil mensurar essas mudanças de forma sistemática e com base científica. Nota-se, contudo, que as alterações estavam e continuam acontecendo. Apesar da grande diversificação de alunos no CESU, a autora procura exercer seu trabalho de forma a ajudá-los na ampliação do seu processo cognitivo, dando sentido aos estudos do idioma espanhol em sua vidas.

Os alunos, em sua maioria, nunca haviam estudado o idioma espanhol, pois sabemos que o idioma inglês sempre esteve na linha de ponta, tanto no Ensino Médio, como em cursos livres, sendo o mais exigido pelo mercado de trabalho.

A razão da ausência da língua espanhola nos currículos passa a ser uma discussão para um outro tema, devido à sua complexidade e abrangência. Porém, pode-se perceber que nestes últimos dez anos, aspectos relevantes tornaram-se elementos de expansão do estudo do idioma espanhol como segunda língua de formação. Os fatores atuais que contribuíram para o ingresso do espanhol em nossas escolas são elementos a serem tomados em consideração e colocados, paralelamente, no ensino desta língua, independente do grau do ensino.

No CESU, trabalha-se com pessoas que estão voltando a estudar depois de muito tempo, pessoas economicamente mais necessitadas, mas com interesse e ânimo, o que faz com que os esforços e aprimoramento de desdobrem.

A aprendizagem de uma língua estrangeira é uma grande aliada para tornar os alunos mais bem preparados para a vida profissional, e, ainda mais, para leva-los a uma abertura de seu entendimento interior, motivacional e cognitivo.



O presente artigo contextualiza-se, pois, na efetiva ascensão do espanhol e na sua localização no âmbito educativo. Amplia seu valor, como segunda língua a ser aprendida, avaliando seus aspectos políticos, econômicos, geográficos e culturais como elementos que devem ser somados ao processo ensino-aprendizagem, de forma a deixar claro para o aluno que ele está aprendendo conteúdos lingüísticos novos, mas, também, dados da vida dos falantes nativos, inseridos em um contexto histórico. Isso, provavelmente, gerará interesse e envolvimento do aluno pela língua que se estuda, de um outro lugar.

A aprendizagem do espanhol está, hoje, conjugada com a inter-relação entre o povo brasileiro e os países que possuem esse idioma como língua oficial, ressaltando os países da América Latina que estão mais próximos da nossa realidade cultural, propiciando, assim, um elo entre os povos e uma rica experiência latina.

### **Bibliografia:**

ACHUGAR, Hugo. **A política cultural no acordo Mercosul**. Estudos avançados, São Paulo, v.8,n.20,p.251-29, jan./abr. 1994.

CARVALHO, Rosa. Mercosul quer integrar educação. **Revista do Mercosul**, Rio de Janeiro, n.18, p.20, 1994.

DATOS Y CIFRAS: Informe sobre la enseñanza del español em Brasil. **Consejería de Educación y Ciência Embajada de Espana em Brasil**. Brasília, 1998.

DURÃO, Adja B.A. **La enseñanza de español y de português en los países miembros del mercosur**. Boletim/ Centro de Letras e Ciências Humanas, Londrina: UEL, n. 34, p.9-15, jan/jun. 1998.

GONZÁLEZ, Neide T. Maia. A questão do ensino do espanhol no Brasil. Perspectiva: **Revista do Centro de Ciências de Educação**. Florianópolis: UFSC, n.8, p.105-13, jan/jun. 1987.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

**Parâmetros Curriculares Nacionais** – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino – Fundamental Língua Estrangeira – Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, outubro/1997.

PLÁ, Juan Algorta (org). **O mercosul e a comunidade européia: uma abordagem comparativa**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PRADO, Ceres Leite. **Línguas estrangeiras na escola**. Presença Pedagógica. V.2, n.10. jul/ago.,p.36-40, 1996.

PRINCÍPIOS DO MERCOSUL

<http://www.mec.gov.br/mercosul>

SILVEIRA, Helder Gordim .**Mercosul:origem, forma e problemas de implementação**. Ciências & Letras, Revista da FAPA, Porto Alegre, n.19, p.139-46, ago, 1997.

SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici, BONI, Luís Alberto. **Tema de integração latino-americana**. Petrópolis:Vozes, 1990.

